



■ Presidente **p.4**

“Fazer um balanço” dos programas de ajustamento regional



■ PSD **p.6**

Majoria reúne com a bancada do PS para discutir a reforma do IRS

POVO LIVRE



nº 1852

19 de Novembro de 2014

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

DIÁLOGO CONSTRUTIVO COM TODOS OS PARTIDOS



O Presidente do PSD no encerramento das IV Jornadas “Consolidação, Crescimento e Coesão”, no Porto

Encerramento das IV Jornadas “Consolidação, Crescimento e Coesão”

Diálogo construtivo com todos os partidos



O PS deve esclarecer se quer contas certas ou se continua à procura de desculpas para manter défices e dívida, pedindo aos socialistas para definirem a estratégia orçamental antes das próximas eleições. O repto de Pedro Passos Coelho foi dirigido na Alfândega do Porto, no encerramento das quartas Jornadas “Consolidação, Crescimento e Coesão”. Passos Coelho garantiu querer terminar com “a sina” de, de década em década, Portugal ter de pedir um resgate. “Sobretudo aqueles que com verosimilhança podem dizer-se e apresentar-se como tendo a ambição de poder vir a governar no futuro, têm de nos dizer se estão de acordo com isto, com contas certas, ou se continuam sempre à procura de desculpas para manter défices e dívida. E se querem contas certas, como é que vão fazer”, perguntou.

Na opinião do presidente do PSD, as contas certas não são uma “obstinação ideológica”, mas sim uma questão de saber se “queremos ser um país desenvolvido ou não”. “Eu acho que nós temos todas as condições para poder ser um país desenvolvido e, para isso, as nossas contas têm que bater certas. Sempre que se trata de tirar conclusões sobre isto, a oposição emigra, tem necessidade de sair da conversa. E é pena. Temos de convidar a oposição a regressar ainda mais depressa a este debate”, observou.

Pedro Passos Coelho, que disse esperar “ter com o PS um bom debate no Parlamento acerca da reforma do IRS e da reforma da fiscalidade verde”, desafiou os socialistas a revelarem a sua “estratégia orçamental para os próximos quatro anos”, desejando que essa resposta surja antes das eleições. “Seria possível termos um entendimento com o principal partido da oposição nesta matéria? Desejável é, mesmo que depois a política orçamental de cada um possa não ser igual. Mas



é preciso saber se estes objectivos se vão manter ou não”, enfatizou.

Para o presidente do PSD, o Governo tem alguns motivos para se encontrar de consciência tranquila e, apesar de os resultados serem positivos, não são ainda os ideais, embora confirmem que a estratégia seguida estava correta.

Passos Coelho admitiu que estar “na oposição é sempre muito difícil” - valorizando essa circunstância, uma vez que já esteve nesse lugar - mas considerou, contudo, possível estar na oposição “e saber na mesma colocar o nosso país em primeiro lugar”.

Sublinhando a necessidade de apostar na natalidade, num processo de descentralização e de simplificação administrativa, o líder social-democrata concluiu o discurso para a plateia social-democrata afirmando que quem fez o caminho dos últimos três anos “de cabeça levantada” e “chegou até aqui, não é agora que se vai amedrontar com o que é preciso fazer”. “Eu creio que, para o país, se torna bem importante discernir quem é que sabe o caminho que precisa de ser trilhado e quem é que está disponível para, até com todas as incompreensões, o poder realizar”, enfatizou, considerando que no PSD não tem faltado esclarecimento, projecto nem determinação. “Se há coisa de que não podem acusar o Governo é de não governar. Pode-se discordar daquilo que o Governo



faz mas não se pode dizer que o Governo se furta às suas responsabilidades de governar”, insistiu. Na opinião do Primeiro-Ministro, é “natural” que o Governo possa “chamar todos os partidos também para esse diálogo construtivo e democrático”.

“Esclarecer o que se passou na PT”

O líder do PSD considera natural que, quer o Presidente da República, quer Governo “não constituam um óbice” ao apuramento de responsabilidades que possa ocorrer em relação à PT, afirmando que o que aconteceu “não é obra do acaso”. No Porto, no final da inauguração do Complexo Social do Centro Social de S. Martinho de Aldoar, Passos Coelho foi interrogado sobre as declarações do Presidente da República, Cavaco Silva, que considerou ser “legítimo” os portugueses questionarem os accionistas e gestores da PT sobre o trabalho desenvolvido ao longo dos tempos. “O que aconteceu na Portugal Telecom não é obra do acaso com certeza. Espero que também não seja obra do Governo porque se trata de uma empresa privada. É natural que os seus accionistas possam querer pedir responsabilidades aos administradores, à gestão da empresa e isso compete aos tribunais poder aferir - quando existem acções - ou então às próprias assembleias-gerais das empresas”, afirmou.

Para o Primeiro-Ministro é “muito saudável” que “exista uma necessidade de esclarecer o que se passou”, considerando que “é muito natural que quer o senhor Presidente da República quer Governo não constituam um óbice a que esse apuramento de responsabilidades possa ocorrer”.



“E quando digo que não constituam um óbice é no sentido em que possam, por via do debate político, figurarem como autores ou executores de alguma estratégia que tenha relação com essa empresa porque não é isso que está a acontecer”, justificou.

Passos Coelho destacou ainda que “o Governo não teve nenhuma intervenção no caso da PT e o senhor Presidente da República também não”, sendo por isso “natural” que funcionem “de um ponto de vista cívico como um elemento que possa ajudar ao esclarecimento dessas situações”.

O Primeiro-Ministro na Madeira

“Fazer um balanço” dos programas de ajustamento regional

O Primeiro-Ministro elogiou o empenho do Governo Regional da Madeira na execução do programa de ajustamento, considerando não existirem razões para avançar para uma renegociação. “Não vejo do lado do Governo da República nenhuma necessidade de estar a renegociar um programa que está praticamente a chegar ao fim”, declarou Pedro Passos Coelho aos jornalistas, depois do jantar de gala da 25.ª edição da iniciativa das “100 Maiores e Melhores Empresas” da Madeira, dia 12. Passos Coelho admitiu ainda efectuar em breve uma visita oficial ao arquipélago, mencionando existir “um conjunto de acções importantes a debater entre os governos regionais e o Governo da República”, enunciando questões relacionadas com os serviços de saúde e a Lei de finanças Regionais que “precisam ser tratadas”.

Sobre a razão da sua vinda a este arquipélago, o Primeiro-Ministro realçou ter considerado ser uma “ocasião adequada para fazer um balanço” dos programas de ajustamento nacional e regional, aproveitando para reconhecer “não apenas o trabalho muito positivo que o Governo Regional fez na execução do programa, mas sobretudo a forma como os madeirenses e as empresas na Madeira reagiram a esta situação”.

Instado a falar sobre a reivindicação da Madeira sobre a necessidade de ser dotada de uma maior autonomia fiscal, reafirmou que o Governo Regional está disponível para “rever o diferencial fiscal” das regiões autónomas. Passos Coelho realçou que nesta matéria existe “solidariedade” da República, pois como as receitas fiscais geradas nestes territórios ficam nestas regiões, os impostos pagos pelos “portugueses que residam nas regiões ainda financiam uma parte da despesa dos Açores e Madeira”.

Na intervenção, o Primeiro-Ministro mencionou que, no que diz respeito ao programa de ajustamento da Madeira, “os dados relativos ao 3.º trimestre são bastante promissores e mostram que, quer do lado da despesa, quer da receita, a evolução é extremamente positiva e permite acreditar que se chegará ao final do ano com um excedente orçamental”. Todavia, sublinhou haver ainda aspectos a concretizar, como o processo de privatizações e “encetar algumas medidas de reformas estruturais programadas”, concluindo: “Ainda existe um longo caminho a percorrer”.

O Primeiro-Ministro apelou a um “diálogo útil e profícuo”, na Assembleia da República, sobre a reforma do IRS e fiscalidade verde. “Não podem acusar este governo de não governar, tem assumido todas as suas responsabilidades de governação. Isso não isenta o PS de também ser criticado quando houver casos para isso”, afirmou o governante aos jornalistas, no Funchal, à margem do jantar. Passos Coelho reagiu assim a críticas do líder do



PS, António Costa, de que o governo deveria estar mais preocupado em governar, em vez de fazer oposição aos partidos da oposição. “Pelo que sabemos, por iniciativa dos grupos parlamentares da maioria, foi solicitado ao PS uma reunião, que terá lugar na próxima sexta-feira, no parlamento, e desejo que esse diálogo possa ser útil e profícuo e possamos ainda antes das eleições gerar entendimento sobre matéria importante para todos os portugueses e não apenas para o Governo”, argumentou o chefe do Governo.

Passos Coelho disse ainda esperar que “o diálogo entre partidos, como também entre o Governo e a oposição, seja o mais construtivo possível”. Contudo, apontou que não é preciso “estarem todos de acordo, nem se elogiarem uns aos outros”, sustentando a importância de existir “um diálogo construtivo e compromissos para futuro”. “Nessa medida, continuo a mostra-me inteiramente disponível e interessado em ajudar a aprofundar com os partidos da oposição, neste caso com o maior partido da oposição todo o diálogo que for importante para os portugueses”, concluiu.

Direcção estratégica “está a apresentar resultados”
O chefe do Governo afirmou ser necessário “um amplo entendimento social colectivo” para Portugal atingir os

objectivos de estabilidade económica e financeira. “Precisamos de um amplo entendimento social colectivo”, declarou.

De acordo com Passos Coelho, “Uma sociedade, uma economia precisa de direcção estratégica, que existe e está a apresentar resultados”, defendendo ser necessário o envolvimento de todos, que “ainda são demasiado magros [resultados económicos]”. Por isso, sustentou a importância do envolvimento de toda a sociedade, enunciando que “depende do Governo, das empresas, das famílias, instituições, sociedade civil, sindicatos”, entre outras entidades.

Na sua opinião, sem essa orientação estratégica, Portugal “lança-se numa aventura que não tem qualquer destino e por melhor que possa remar, por mais orientações e ‘inputs’ novos que coloque para a ‘Bimby’ das previsões económicas (...) andarà completamente à deriva, sem saber para onde caminhará”.

Passos Coelho reafirmou que Portugal enfrentou nos últimos três anos “a maior crise de que há memória” e destacou as dificuldades que tem enfrentado para realizar o processo de ajustamento, num contexto em que o “financiamento está extremamente condicionado”.

O chefe do executivo salientou que o país tem conseguido apresentar resultados positivos, “embora ainda tenha um longo caminho a percorrer”. “Fazemos ponto de honra que 2015 seja o ano em que Portugal fica com um défice abaixo de 3 por cento, isto é que o nosso país deixe de ter um défice excessivo. Será o terceiro ano em que teremos um excedente primário, quer dizer que se não contarmos com o peso da dívida e o custo que ela tem, o Estado já estará a realizar poupanças que permitem diminuir o ‘stock’ da dívida e, portanto pagar menos juros no futuro”, destacou Pedro Passos Coelho.

O Primeiro-Ministro sublinhou que o país “precisa concentrar-se em crescer mais do que está previsto”. “Ainda temos um longo caminho a percorrer. Não temos uma auto-estrada à nossa frente, temos um caminho relativamente estreito”, venceu o Primeiro-Ministro, apontando, entre outros aspectos, ser necessário “começar a responder de forma categórica à fraca demografia”, que é uma das mais recessivas do espaço europeu. Apontou ainda que para atingir os objectivos alcançados até ao momento, até agora foi determinante o “nível da estabilidade política”.

Marco António Costa “com as bases” em Bragança

O vice-presidente coordenador da Comissão Política Nacional participou, em Mirandela, dia 13, num jantar com a Distrital do PSD de Bragança (presidente dos órgãos distritais, presidentes de concelhias, presidentes das Câmaras Municipais do PSD e deputados eleitos por este círculo). Na sexta-feira, Marco António Costa começou por prestar declarações aos órgãos de comunicação social local, efectuando logo após uma visita a uma empresa do sector agrícola, na Aldeia de Pinela. Depois de um almoço com empresários, visitou a Fundação Betânia e o Centro Social e Paroquial Santos Mártires. Ao fim do dia, confraternizou com a Comissão Política de Secção de Bragança, seguindo-se uma sessão pública de contacto com militantes.



PSD elogia “dignidade” de Miguel Macedo



O PSD considera que Miguel Macedo revelou “imensa dignidade” ao demitir-se de ministro da Administração Interna, por entender que tinha a sua autoridade diminuída. “É, sublinho, uma atitude que revela uma imensa dignidade da parte do doutor Miguel Macedo”, declarou o vice-presidente do PSD e deputado José Matos Correia, em declarações aos jornalistas, na sede nacional deste partido, em Lisboa, dia 16.

Questionado se o PSD considera que há outros ministros que têm a sua autoridade diminuída, Matos Correia acusou a oposição, em especial o PS, de misturar “alhos com bugalhos” e recusou-se a fazer comparações: “A situação do doutor Miguel Macedo foi gerada por um caso concreto, uma circunstância de que todos temos conhecimento. Não tem nenhuma relação com outro tipo de situações que dizem respeito a outros membros do Governo”.

Matos Correia manifestou “confiança na capacidade do Primeiro-Ministro” para decidir sobre a composição do executivo, na sequência da demissão de Miguel Macedo. “Sempre que houve necessidade de substituir membros do Governo, o presidente do partido e Primeiro-Ministro fê-lo com sabedoria e com eficácia”, defendeu.

Numa declaração lida no Ministério da Administração Interna, às 19h30, Miguel Macedo considerou que a sua autoridade enquanto governante ficou diminuída com as investigações da Operação Labirinto sobre a atribuição de vistos ‘gold’, no âmbito da qual foram detidas pessoas que lhe são próximas.

Na reacção do PSD a esta demissão, Matos Correia começou por assinalar que a Procuradoria-Geral da República comunicou “não estar em curso nenhuma investigação visando nenhum membro do Governo nem estar em causa qualquer suspeita sobre membros do Governo”.

Maioria reúne com a bancada do PS para discutir a reforma do IRS

As direcções dos grupos parlamentares do PSD e do CDS-PP reuniram, na sexta-feira, com a direcção da bancada do PS, para discutir as reformas do IRS e da chamada “fiscalidade verde”. Este encontro surge no seguimento de uma carta dirigida ao líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, e de Nuno Magalhães, onde defendiam ser necessário “um compromisso abrangente e duradouro” sobre estas reformas fiscais, declarando-se disponíveis para “um diálogo democrático e profícuo com o PS”.

Os líderes parlamentares da maioria defendem que “estas são reformas necessárias para um sistema fiscal mais simples, mais eficaz e mais amigo dos cidadãos, das empresas, das famílias e do ambiente”, sobre as quais deve haver “um compromisso abrangente e duradouro” que assegure “previsibilidade” aos cidadãos e empresas.

Luís Montenegro afirmou querer acreditar que vai prevalecer “a disponibilidade” do grupo parlamentar socialista em discutir o IRS e a ‘fiscalidade verde’ à atitude reveladora de “arrogância e de fraqueza política” de António Costa. “Quero acreditar que vai preponderar a disponibilidade que o grupo parlamentar do PS manifestou para que possamos fazer a reunião sexta-feira [sobre reforma do IRS e a ‘fiscalidade verde’] e subsequentemente chegar a acordo, e não essa visão que qualifico como muito prejudicial ao interesse nacional, diria mesmo reveladora de arrogância e de fraqueza política”, disse.

Segundo Montenegro, António Costa revelou essa atitude na apresentação da sua moção de estratégia ao Congresso do PS ao pôr “de parte de forma inicial para o exercício do seu mandato qualquer possibilidade” de “entendimentos e compromissos em matérias fundamentais para os próximos anos”.

“Há um sinal contraditório”, insistiu Luís Montenegro, considerando a disponibilidade dos socialistas para a reunião com um facto “muito positivo”, que contrasta com “uma linha de indisponibilidade para grandes acordos de regime, grandes compromissos em relação ao futuro”.



40 anos do PSD em Vila Franca de Xira

O secretário-geral do Partido Social Democrata, José Matos Rosa, e o vice-presidente, José Matos Correia, participaram sábado, 15 de Novembro de 2014, numa sessão dos 40 anos do PSD, em Vila Franca de Xira. Uma sessão com a sala cheia de militantes atentos e participativos.



Finanças elogiam “abertura do PS” para discutir fiscalidade verde

A ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, elogiou em Lisboa “a abertura do Partido Socialista” para debater com os partidos da maioria parlamentar as propostas de reforma do IRS e da fiscalidade verde. “O Governo regista com apreço a abertura do Partido Socialista para iniciar um diálogo que se espera construtivo sobre as propostas de reforma do IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares) e da fiscalidade verde”, afirmou Maria Luís Albuquerque num almoço-debate organizado pelo American Club em Lisboa, dia 11.



Movimento de mercadorias cresceu 15,1 por cento nos portos nacionais

O volume de mercadorias movimentadas nos portos nacionais cresceu 15,1 por cento em 2013 face ao ano anterior, atingindo um total de 78,2 milhões de toneladas (carregadas e descarregadas), naquele que é o valor mais elevado dos últimos dez anos. Os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) revelam que o maior aumento foi verificado nas mercadorias carregadas, quando em 2014 registaram um aumento, face ao ano anterior, de 24,3 por cento para os 33 milhões de toneladas. No entanto, também nas mercadorias entradas se verificou um aumento de 9,3 por cento para os 45,3 milhões de toneladas. O maior destaque foi para o porto de Sines que registou um crescimento de 28,8 por cento, para 30,8 milhões de toneladas, destinadas ou provenientes de portos estrangeiros. Também o número de passageiros que se movimentaram nos aeroportos nacionais, em tráfego comercial, cresceu 4,9 por cento em 2013, comparativamente a 2012, para um total de 32,6 milhões de passageiros. O INE revela que as operadoras aéreas nacionais também transportaram em tráfego regular cerca de 11,9 milhões de passageiros em 2013, o que representa mais 4,2 por cento do que em 2012. O número de passageiros transportados pelas transportadoras aéreas nacionais verificou um aumento de 6,3 por cento em 2013, continuando assim o crescimento verificado ao longo dos quatro anos anteriores. Em relação ao movimento de carga nos aeroportos nacionais, 2013 trouxe uma redução de 3,1 por cento face ao ano anterior, para um total de 141,8 mil toneladas. Com Jornal de Negócios



Conselho de Ministros de 13 de Novembro de 2014

1. O Conselho de Ministros aprovou a introdução da disciplina de Inglês no currículo, como disciplina obrigatória a partir do 3.º ano de escolaridade, bem como à definição da habilitação profissional para leccionar Inglês no 1.º ciclo e a criação de um novo grupo de recrutamento.

De acordo com o calendário estabelecido, todos os alunos que ingressem no 3.º ano de escolaridade no ano lectivo 2015-2016 terão já, obrigatoriamente, a disciplina de Inglês, com pelo menos duas horas semanais.

Prevê-se igualmente que as escolas possam, de acordo com os recursos disponíveis e no âmbito da sua autonomia, proporcionar o complemento ou a iniciação anterior do estudo desta ou de outras línguas estrangeiras.

No sentido de garantir o recrutamento de docentes necessários ao ensino da disciplina de Inglês no 1.º ciclo será realizado um primeiro concurso extraordinário, em 2015, exclusivamente para o recrutamento de docentes para o novo grupo.

2. O Conselho de Ministros aprovou o processo de reprivatização da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A., através da privatização do capital social da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A.

O processo de reprivatização do capital social da TAP será efectuado pela alienação de acções representativas de até 66% do capital social da TAP - SGPS, S.A, dos quais até 61% do capital social da TAP SGPS, S.A. na modalidade de venda directa de referência, a um ou mais investidores nacionais ou estrangeiros, individualmente ou em agrupamento, que formulem intenção de aquisição das acções com perspectiva de investimento estável e de longo prazo com adequada capitalização da empresa e que se identifiquem com os objectivos estabelecidos para o presente processo de reprivatização, com vista ao desenvolvimento estratégico da TAP - SGPS, S.A., e até 5% do capital social da TAP - SGPS, S.A., destinada à aquisição por parte dos trabalhadores da TAP - SGPS, S. A., e de trabalhadores de outras empresas que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (designadas Grupo TAP).

O Estado fica ainda com uma opção de venda, em condições a definir no Caderno de Encargos, que lhe permite alienar até 34% do capital remanescente da TAP - SGPS, S.A., ao adquirente na venda directa de referência, caso faça uma apreciação positiva do cumprimento das obrigações pelo mesmo assumidas no âmbito da reprivatização.

Será designada, antes do lançamento formal do processo de privatização, uma Comissão de Acompanhamento que terá por missão acompanhar o processo de reprivatização, reforçando a observância dos princípios de transparência, da isenção e da imparcialidade ao longo de todo o processo.

3. O Conselho de Ministros aprovou, no uso da autorização legislativa aprovada pela Assembleia da República, o regime de acesso e de exercício de diversas actividades de comércio, serviços e restauração e estabeleceu o respectivo regime contra-ordenacional.

Este novo regime visa facilitar o enquadramento legal do acesso e exercício de determinadas actividades económicas, oferecendo uma maior segurança jurídica aos operadores económicos e potenciando um ambiente mais favorável ao acesso e exercício dessas actividades.

Prevê-se um significativo alargamento do leque de serviços passíveis de serem realizados online, bem como de todas as funcionalidades previstas no sistema Licenciamento Zero actualmente em funcionamento no Balcão do Empreendedor.

Aproveitou-se ainda a oportunidade para introduzir simplificações em diplomas conexos, em matéria de horários de funcionamento de estabelecimentos de comércio e de serviços e de vendas a retalho com redução de preço, a fim de revitalizar o pequeno comércio e os centros urbanos onde se localiza.

A par da liberalização de horários de funcionamento dos estabelecimentos procede-se a uma descentralização da decisão de limitação dos horários, podendo as autarquias restringir os períodos de funcionamento, atendendo a critérios relacionados com a segurança e protecção da qualidade de vida dos cidadãos, sempre sem prejuízo da legislação laboral e do ruído.

Relativamente à venda a retalho com redução de preço, embora se mantenha o período de quatro meses por ano em que se podem realizar saldos, elimina-se a limitação da realização dos mesmos em períodos definidos por lei, conferindo aos operadores económicos a liberdade de definirem o momento em que os pretendem realizar.

4. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao regime jurídico da instalação e modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais, visando prolongar a validade das autorizações para a instalação e modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais.

No sentido de recuperar e potenciar investimentos, colmatando os constrangi-



mentos com que os agentes económicos se deparam, é permitido, a requerimento do interessado, uma prorrogação das referidas autorizações por um período de um ou dois anos, consoante se trate de um estabelecimento ou de um conjunto comercial.

5. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que procede à revisão do regime jurídico dos organismos de investimento colectivo e à alteração do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e do Código dos Valores Mobiliários, sendo aprovado o Regime Geral dos Organismos de Investimento Colectivo (Regime Geral).

Estas alterações decorrem da transposição de duas directivas da União Europeia relativas aos gestores de fundos de investimento, respeitando uma delas à dependência excessiva relativamente às notações de risco, e abrangendo matérias como as políticas e práticas remuneratórias, subcontratação, depositários e transparência.

A unificação no Regime Geral do Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo e do Regime Jurídico dos Fundos de Investimento Imobiliário justifica-se por razões de simplificação e de consistência regulatórias.

Os organismos de investimento colectivo objecto desses dois regimes jurídicos passam a sujeitar-se a um mesmo patamar de exigências mínimas.

No que respeita às normas sancionatórias, o Regime Geral adopta um regime autónomo e específico. Este corpo de normas é muito próximo do regime sancionatório previsto no Código dos Valores Mobiliários e visa dar cumprimento aos princípios da legalidade e da igualdade, assegurando um regime unitário para os ilícitos, independentemente da competência contra-ordenacional ser do Banco de Portugal ou da CMVM.

6. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que, transpondo duas directivas da União Europeia, procede à revisão do regime aplicável ao exercício da actividade de investimento em capital de risco, aprovando um novo regime jurídico que inclui a actividade de investimento em empreendedorismo social e de investimento especializado, designando-o por Regime Jurídico do Capital de Risco, do Empreende-

dorismo Social e do Investimento Especializado.

Esta proposta procede ainda à designação da autoridade competente para a supervisão das entidades gestoras dos fundos europeus de capital de risco («EuVECA») e dos fundos europeus de empreendedorismo social («EuSEF»), bem como à definição do regime sancionatório aplicável pela violação dos Regulamentos da União Europeia.

7. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que altera o Código de Processo Penal visando a sua harmonização com o Código de Processo Civil em matéria de prazos para a prática dos actos processuais e sua ultrapassagem pelos juizes, bem como a clarificação dos poderes do juiz no que tange à admissão da ultrapassagem do limite máximo do número de testemunhas.

Esta proposta tem ainda como objectivos: a resolução das questões colocadas pelo falecimento ou impossibilidade superveniente de um magistrado nas audiências em curso, realizadas em tribunal colectivo, no sentido do aproveitamento dos actos processuais já praticados no decurso da audiência; a eliminação da sanção consistente na perda da prova, por ultrapassagem do prazo de trinta dias para a continuação de audiência de julgamento interrompida; e, finalmente, o alargamento da gravação da audiência a todos os actos nela praticados, incluindo os requerimentos, promoções e despachos.

8. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que dá execução a um Regulamento da União Europeia relativo à aplicação do sistema de certificação do Processo de Kimberley para o comércio internacional de diamantes em bruto.

Trata-se de um processo que visa certificar a origem de diamantes, a fim de evitar a compra de pedras originárias de áreas de conflito, reforçando as medidas de controlo do comércio internacional.

O sistema de certificação do Processo de Kimberley vem conferir um controlo mais eficaz, contribuindo para a manutenção da paz e da segurança internacionais e protegendo igualmente as receitas resultantes das exportações de diamantes em bruto, que são essenciais para o desenvolvimento dos países produtores.

9. O Conselho de Ministros aprovou a harmonização dos Estatutos das Unidades Locais de Saúde, E.P.E., que ficam sujeitas ao regime aplicado aos hospitais E.P.E., utilizando-se subsidiariamente o regime jurídico do sector público empresarial.

Assim, as Unidades Locais de Saúde, que incluem serviços de cuidados de saúde primários e unidades de saúde hospitalares, passam a ter o seu regime integrado com os hospitais e centros hospitalares do Serviço Nacional de Saúde, com vista à uniformização das boas práticas de governação.

10. O Conselho de Ministros aprovou a designação dos pontos de contacto nacionais e o mecanismo de coordenação nacional e estabeleceu o mecanismo nacional de monitorização da implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Os pontos de contacto são a Direcção Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e, como mecanismo de coordenação a nível governamental, o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

O mecanismo nacional de monitorização será formado por um representante da Assembleia da República, um representante do Provedor de Justiça, um representante da Comissão Nacional para os Direitos Humanos, um representante da Comissão para a Deficiência, cinco representantes de organizações da sociedade civil representativas de cada área de deficiência (deficiência visual, motora, intelectual, auditiva e orgânica) e por uma personalidade de reconhecido mérito ligada ao meio académico.

11. O Conselho de Ministros criou o Grupo de Acompanhamento para a Salvaguarda e Promoção da Dieta Mediterrânica.

Na sequência da inscrição da Dieta Mediterrânica como património cultural e imaterial da humanidade da UNESCO, o grupo de trabalho que desenvolveu todo o esforço para aquela candidatura assume agora a responsabilidade de conservar esta importante distinção para Portugal. No Grupo de Acompanhamento para a Salvaguarda e Promoção da Dieta Mediterrânica têm assento representantes de diferentes entidades públicas e privadas com responsabilidades na matéria.

A inscrição da «Dieta Mediterrânica» como património cultural e imaterial da humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) envolveu sete países, os quais apresentaram ao Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural e Imaterial da UNESCO uma candidatura, cujo processo foi coordenado por Portugal.

12. O Conselho de Ministros determinou a suspensão parcial dos Planos Directores Municipais de Sever do Vouga, Oliveira de Frades, Vale de Cambra e São Pedro do Sul e estabelece medidas preventivas, para as áreas abrangidas, bem como para o Município de Águeda, com vista à execução do Aproveitamento Hidroeléctrico de Ribeiradio-Ermida e da Linha Eléctrica de Alta Tensão.

13. O Conselho de Ministros determinou que os encargos financeiros com as quotas de Portugal para a Agência Espacial Europeia, relativos ao ano de 2014, são suportadas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., e pelo ICP - Autoridade Nacional de Comunicações.

14. O Conselho de Ministros autorizou a realização da despesa relativa à aquisição de serviços de fornecimento de refeições confeccionadas nos refeitórios dos Serviços Sociais da Administração Pública nos anos económicos de 2015, 2016 e 2017.

A despesa total autorizada é de cerca de 8, 66 milhões de euros, com recurso ao acordo quadro da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública.

Portugal assume presidência do Comité das Relações Externas da OCDE



O Ministério dos Negócios Estrangeiros congratula-se com a escolha do chefe da Missão Permanente de Portugal junto da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para a presidência do Comité das Relações Externas daquela organização internacional. Portugal preside pela primeira vez a este importante órgão da OCDE, tendo sido escolhido por consenso para um mandato de um ano, sucedendo à França. O Embaixador Paulo Vizeu Pinheiro assumirá assim as funções de Presidente do mais relevante comité especializado da OCDE em termos político-diplomáticos, ao qual compete a formulação, proposta, concretização e gestão de todos os instrumentos de política externa daquela organização.

O sucesso da candidatura portuguesa foi possível graças ao trabalho de coordenação realizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, em especial através da Missão Permanente de Portugal junto da OCDE, em Paris. O Ministério dos Negócios Estrangeiros considera esta escolha o reconhecimento internacional da importância que Portugal atribui ao multilateralismo e à procura de consensos ao nível das relações entre Estados. Tal como nas recentes eleições de Portugal para o Conselho de Direitos Humanos e o Conselho Económico e Social, das Nações Unidas, Portugal agradece a confiança depositada pela comunidade internacional na diplomacia portuguesa.

Governo regional apresenta “resultados fracos”



Duarte Freitas assegura que “a principal preocupação do partido em relação ao Plano e Orçamento é encontrar respostas para os problemas dos açorianos, das suas famílias e empresas num momento em que a Região se encontra numa profunda crise económica”. O líder do PSD/Açores falava à comunicação social no início das jornadas parlamentares, que decorreram em São Miguel, na semana passada. Estas jornadas realizaram-se no final de uma ronda de reuniões feitas pelo líder social-democrata em todos os concelhos da região para analisar os documentos propostos pelo governo.

“Encontrei em todas as ilhas um sentimento de desilusão muito grande para com a actual situação dos Açores e grandes dúvidas quanto à capacidade do governo regional para encontrar soluções”, disse o presidente do PSD/Açores garantindo “o total empenho dos sociais-democratas açorianos para ajudar a Região a vencer este momento difícil”.

“Temos tido até aqui um governo socialista de bons anúncios e de maus resultados” constatou o presidente do PSD/Açores lamentando que na Região “existe um governo socialista que gasta milhões e coloca as pessoas a viver com tostões”.

Duarte Freitas considera, por isso, que “os Açores precisam de outro governo e de políticas diferentes”. “Tive oportunidade, nas últimas três semanas, de estar em todos os concelhos da Região falando com as pessoas sobre as suas expectativas” acrescentou o líder dos sociais-democratas açorianos que verificou “a existência em todas as ilhas de algum desânimo e preocupação face ao desemprego, à pobreza e aos

problemas na Saúde e Educação”.

O presidente do PSD/Açores assegurou, por isso, que o partido “será a voz das açorianas e dos açorianos que ouvimos ao longo das últimas semanas e dará grande atenção à área social: há um flagelo social neste momento nos Açores que tem de ser combatido e essa tem de ser uma prioridade”.

Duarte Freitas garantiu ainda que as propostas do PSD/Açores “não têm apenas a ver com o Plano e Orçamento. Temos apresentado diversas propostas na área do emprego, da saúde e na área social e vamos continuar a fazê-lo”.

Maior proximidade com os açorianos

O presidente do PSD/Açores defende a necessidade “de uma maior proximidade com os cidadãos na elaboração de documentos fundamentais para a vida dos açorianos, como é o caso do Plano e Orçamento, de forma a pensar o futuro e abandonar o diálogo burocrático que tem sido feito de cima para baixo sem ter em conta as verdadeiras necessidades das populações”.

Duarte Freitas, que falava no final de uma reunião com o presidente da câmara municipal de Ponta Delgada, considera “muito importante” o orçamento participativo lançado este ano pela autarquia como um exemplo “pela elevada participação de cidadãos”.

“Para o PSD/Açores é preciso reforçar a democracia participativa em todas as ilhas e foi por isso que realizei reuniões em todos os concelhos dos Açores precisamente para analisar as preocupações das populações”.

O líder dos sociais-democratas açorianos assegurou que “o PSD/Açores irá emprestar a sua voz aos milhares de açorianos e questionar o governo regional para tentar perceber o que aconteceu para depois de tantos milhões anunciados os Açores registarem agora a maior crise económica e social de sempre”.

Falecimento de Madruga da Costa (1940-2014)

“Enorme perda para a região dos Açores”

Duarte Freitas manifestou “profundo pesar” pelo falecimento de Alberto Romão Madruga da Costa, antigo Presidente do Governo Regional dos Açores e da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Em comunicado, o presidente dos sociais-democratas açorianos refere que o “desaparecimento desta grande personalidade do partido e dos Açores” constitui “uma enorme perda para a região”. Duarte Freitas expressou, em nome do partido, o seu pesar à família do antigo presidente do Governo Regional, realçando as “elevadas qualidades cívicas e políticas” de Madruga da Costa.

O antigo presidente do Governo dos Açores Alberto Romão Madruga da Costa morreu dia 14 de Novembro, em Ponta Delgada, ilha de São Miguel, vítima de doença prolongada. Madruga da Costa nasceu a 15 de Abril de 1940 na Horta, ilha do Faial, e foi presidente do Governo Regional dos Açores na sequência da demissão de Mota Amaral, entre finais de 1995 e 1996. Militante do PSD, foi deputado à Assembleia Regional dos Açores e secretário regional dos Transportes e Turismo no primeiro e no segundo governo regional, tendo ocupado ainda por duas vezes a presidência do parlamento açoriano, entre 1978 e 1979 e entre 1991 e 1995.

O funeral de Madruga da Costa decorreu na Igreja Mariz da Horta, dia 15. O governo dos Açores decretou três dias de luto regional, entre 14 e 16 de Novembro, pelo falecimento de Madruga da Costa.



Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: NASCIMENTO RODRIGUES

EDITORIAL

1. O sentido de humor e o argumento fundado na dialética do ridículo constituem, muitas vezes, a arma mais poderosa e o antídoto mais eficaz que nós, portugueses, usamos para contrapor à onda de inversão de valores e princípios e à avalanche de desatinos de ideias e de emaranhado de atitudes que de quando em quando a vida política faz desabar sobre nós.

Eles exprimem, ao fim e ao cabo, os sinais de sanidade e as pulsações viris de uma consciência colectiva que permanece desperta e sadiamente refractária às tentativas de manipulação da opinião e de colonização do senso comum. Pena é que essas tentativas ganhem guarida de honra de títulos de caixa alta de alguma imprensa, quer estatizada, quer privada, porque se assim não fora o clima político nacional seria decerto muito mais despoluído.

2. Aconteceu-me pensar nisto ao ler a notícia de que um grupo de destacados militantes e conhecidas personalidades do P.S. tornou público um documento onde se afirma a necessidade de constituição de uma «plataforma de candidatura suprapartidária» para suporte às pretensões presidenciais do Dr. Mário Soares. Os signatários do texto, de acordo com tais notícias advogariam a conveniência de fazer surgir o Secretário-Geral do P.S. como «candidato autónomo» a Belém.

O PSD era, há pouco tempo ainda, positivamente espremido em certa imprensa pelo facto de propender para o apoio à candidatura de um independente. Agora, como se constata, não se vislumbra outra coisa no écran político senão candidatos independentes, ditos independentes e propostos para autónomos. Tudo, evidentemente, com o aplauso e glorificação da mesmíssima imprensa...

Fosse a mais acertada, ou não, a estratégia que veio a obter maioria no referendo do PSD, a verdade é que não se pretendeu nunca impingir gato por lebre. O candidato independente seria uma individualidade não partidária, embora apoiada pelo PSD e por outras forças que com ele convergissem na defesa de um projecto comum, exactamente ao invés do que está a suceder agora com as figuras independentes saídas em linha recta de fileiras partidárias.

Já temos, assim, o Prof. Freitas do Amaral, fundador e rosto carismático do CDS, como independente e, pelos vistos, vamos ter o Dr. Mário Soares, líder natural do PS e membro proeminente da Internacional Socialista, como candidato autónomo. Por este andar, o Dr. Alvaro Cunhal é capaz de não resistir, e no dobrar da próxima esquina arriscamos a vê-lo jurar, com o apoio do MDP, Verdes, CGTP-IN e Associação dos Pequenos Ceifeiros de Borba, que é um candidato não partidário — e, obviamente, democrata.

3. Dos bastidores políticos e de variada imprensa choveram nos últimos dias as mais contundentes críticas à decisão da Comissão Permanente Nacional tomada no sentido de despoletar junto do Conselho de Jurisdição os procedimentos estatutariamente previstos e aplicáveis a militantes que gravemente infringem os seus deveres para com o Partido em que estão fillados.

Supus, de início, que por propósito deliberadamente malévolo, ou por simples desatenção noutros casos, se estaria a confundir duas coisas completamente diferentes: uma, o legítimo direito à opinião, que é e tem de manter-se sagrado no seio do Partido; outra, a acção política concreta, empenhada, eficaz, pública e notória em favor de outros partidos ou de individualidades cujo posicionamento e projectos políticos colidam ou possam colidir com os do PSD — seja qual for o respeito pessoal e a consideração que, como cidadãos e figuras públicas, possam merecer a estes ou àqueles militantes sociais-democratas.

No meio, porém, desse vendaval de críticas e ataques exacerbados, de comentários jocosamente deslustrativos e (embora menos) de secas apreciações negativas, dei comigo a reflectir e a interrogar-me. Talvez, afinal, o sentido de coerência, o intuito de defesa intransigente do Partido e a linha de

Continua na pág. 2

Rui Machete na Festa do 11.º Aniversário

É TEMPO DE DECIDIRMOS COM CLAREZA A ESTRATÉGIA QUE PRETENDEMOS SEGUIR

A passagem do 11.º Aniversário do PSD foi comemorada no passado domingo, em Lisboa, com uma festa que teve por cenário o Pavilhão dos Desportos e se desenvolveu também nas áreas arborizadas circundantes, proporcionando momentos de ampla confraternização e de animado debate político-partidário, sob as faixas e as bandeiras que marcavam a presença social-democrata.

Exposições, painéis, bancas e tómbola davam a medida do esforço da organização, que contou com abnegadas colaborações, designadamente dos numerosos artistas que ali actuavam, vibrantemente aplaudidos; mas já antes do espectáculo de variedades

tinham sido vividos momentos de boa disposição, em torno de fumegantes churrascos que convidavam os mais reticentes.

Foi uma tarde agradável, descontraída, que viria a ter o seu termo em tom vincadamente político, com intervenções de Rui Machete, José Júdice e Alberto João Jardim.

«Não poderemos continuar a ser muletas do PS ou do CDS, somos militantes do PSD e só assim faremos jus à memória de Sá Carneiro», afirmaria Rui Machete, que reiteraria a sua disponibilidade para, «se for caso disso, aceitar, em serviço, ficar na nova Comissão Política».

(nas págs. 2 e 3)



«MENSAGEM AOS MILITANTES»

Por lapso, a «Mensagem aos Militantes», inserida no último número deste jornal, foi publicada sem menção de que o seu autor era o Presidente da Comissão Política Nacional, Rui Machete, que especialmente a redigira por ocasião das comemorações do 11.º aniversário do PSD.

As nossas sinceras desculpas ao Presidente da CPN e aos nossos leitores.

COMUNICADO DA CPN

O Telejornal de 1 de Maio nas suas edições da tarde e da noite ofereceu ao País durante largos minutos o lamentável espectáculo de privilegiar a apresentação e campanha presidencial, embora ainda não declarada, de um dirigente partidário.

A Comunicação Social do Estado, paga pelos Portugueses, deve estar ao serviço de todos, produzindo uma informação livre, isenta e objectiva.

O facto de a Televisão constituir um monopólio do Estado impõe por isso maiores obrigações e responsabilidades, na imparcialidade e equilíbrio das suas emissões.

O Conselho de Gerência da RTP uma vez mais permitiu, por acção ou omissão, um aproveitamento ilegítimo da Televisão do Estado, ao serviço de interesses partidários.

Em consequência a Comissão Política Nacional do PSD reprova veementemente os factos atrás descritos e exige a substituição imediata do Conselho de Gerência da RTP que, uma vez mais, mostrou não estar à altura de assegurar a isenção, objectividade e equilíbrio que devem caracterizar uma Televisão do Estado.

Lisboa, 2 de Maio de 1985

Comissão Política Nacional do PSD

A MORTE DE MOTA PINTO

Na hora do fecho desta edição de «Povo Livre» decorria o funeral de Mota Pinto, em Coimbra. Por esse motivo, não nos é possível publicar qualquer fotografia ou reportagem sobre as cerimónias fúnebres, nas quais participaram as figuras mais destacadas do nosso partido, milhares de outros militantes e personalidades de todos os quadrantes da vida nacional. No próximo número daremos ao acontecimento o devido relevo. Chamamos, entretanto, a atenção dos nossos leitores para o número especial de «Povo Livre» ontem publicado inteiramente dedicado à morte do ex-presidente da Comissão Política Nacional do PSD.



Portugal industrial

Jaime Quesado (*)

Precisamos de voltar a apostar num verdadeiro Novo Portugal Industrial. Vinte anos depois do Professor de Harvard Michael Porter ter realizado um profundo diagnóstico sobre as opções da economia portuguesa, mantém-se o problema central - ou se reinventa por completo o Modelo Económico ou então os problemas estruturais - Défice Público Elevado, Desemprego incontrolado, um Tecido empresarial envelhecido, poderão ter efeitos incontroláveis. Como há 20 anos torna-se claro que a Competitividade Portuguesa é o grande desafio nos próximos tempos! Por isso, a aposta num Novo Portugal Industrial é a via certa para ganhar uma nova dimensão de futuro.

Falta em Portugal um sentido de entendimento colectivo de que a aposta nos Factores Dinâmicos de Competitividade, numa lógica territorialmente equilibrada e com opções estratégicas claramente assumidas é o único caminho possível para o futuro. Falta por isso em Portugal uma verdadeira Rede Integrada para a Competitividade capaz de produzir efeitos sistémicos ao nível do funcionamento das organizações empresariais. O "novo paradigma" da Economia Portuguesa radica nesse sentido na capacidade de os resultados potenciados pela inovação e conhecimento serem capazes de induzir novas formas de integração social e territorial capazes de sustentar um equilíbrio global do sistema nacional.

Uma breve radiografia à matriz sectorial da economia portuguesa demonstra de forma inequívoca as alterações contextuais produzidas ao longo destes últimos vinte anos, com impactos directos na própria organização da sociedade. Para além do desenvolvimento duma "nova economia de serviços", de âmbito eminentemente local e com impacto reduzido em matéria de criação de valor sustentado, é de referir também o fenómeno de progressiva desindustrialização, entretanto acentuado nos anos mais recentes e o ténue desenvolvimento de "novos clusters" associados às dinâmicas da Inovação e Desenvolvimento. Trata-se duma evolução manifestamente assimétrica, com efeitos negativos em matéria de renovação dos indicadores activos de "capital estratégico".

Uma Nova Economia, capaz de garantir uma Economia Nova sustentável, terá que se basear numa lógica de focalização em prioridades claras. Assegurar que o "IDE de Inovação" é vital na atracção de Competências que induzam uma renovação activa estrutural do tecido económico nacional; mobilizar de forma efectiva os "Centros de Competência" para esta abordagem activa no Mercado Global - mas fazê-lo tendo em atenção critérios de racionalidade estratégica definidos à partida, segundo opções globais de política pública, que tenham em devida atenção a necessidade de manter níveis coerentes de coesão social e territorial. Apostar num Novo Portugal Industrial é dar à competitividade portuguesa um novo sentido de oportunidade.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALCOCHETE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e na sequência da demissão Política, convoca-se a Assembleia de Secção de Alcochete, para reunir no próximo dia 10 de Janeiro de 2015, (sábado), pelas 17H00, na sede, sita na Rua do Paço, nº 8, com a seguinte,

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 17h00 às 21h00.

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Cartaxo, para reunir no próximo dia 20 de Dezembro de 2014, (sábado), pelas 16H00, na sede, sita na Rua Serpa Pinto, Lote 3 - 1º Dtº, com a seguinte,

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 19h00.

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cascais, para reunir no próximo dia 04 de Dezembro de 2014, (quinta-feira), pelas 21H30, no Hotel Cidadela, sito na Av. 25 de Abril - Cascais, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Evocação da memória de Francisco Sá Carneiro
- 2 - Informações
- 3 - Análise da situação política

LISBOA AM / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Lisboa / AM para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 27 de Novembro de 2014 (quinta-feira), pelas 21h30, no Hotel Sana Lisboa, sito na Avenida Fontes Pereira de Melo, nº 8, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política

OURÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ourém, para reunir no próximo dia 24 de Novembro de 2014, (segunda-feira), pelas 20H30, no Auditório da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, com a seguinte,

Ordem de trabalhos

- 1 - Leitura e aprovação da acta referente à última Assembleia de Secção
- 2 - Informações
- 3 - Apreciação e aprovação do plano de actividades e orçamento para o ano de 2015
- 4 - Ratificação da proposta de alteração da composição da Comissão Política de acordo com o artº 53º alínea e) dos Estatutos do PSD
- 5 - Análise da situação político-partidária local e nacional
- 6 - Outros assuntos

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paços de Ferreira para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 20 de Novembro de 2014, (quinta-feira), pelas 21H00, na sede, sita na Av. dos Templários, 309, Dtº., com a seguinte,

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações gerais
- 2 - Análise da situação política

PORTIMÃO

No seguimento do Despacho de 12 de Novembro de 2014 do Conselho de Jurisdição Nacional, determinando a realização do processo eleitoral respeitante aos Órgãos da Secção de Portimão, de acordo com as disposições estatutárias e regulamentares do PSD aplicáveis em face do mandato (iniciado em 09/08/2012) ultrapassado em mais de dois meses (art. 15º, nº2 do Regulamento Eleitoral),

O Presidente da Comissão Política Distrital de Faro convoca os militantes da Secção de Portimão do PSD para reunirem em Assembleia Eleitoral respeitante aos Órgãos da Secção do PSD/Portimão nos termos do disposto nos artigos 3º, nº2, e 15º, nº2, do Regulamento Eleitoral aprovado pelo Conselho Nacional de 02.09.2004 e no artigo 69º, nº2, dos Estatutos do PSD, na sede, sita na Rua Machado Santos, 17 - R/c em Portimão no próximo dia 19 de Dezembro de 2014 (sexta-feira), pelas 17h30, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas:

1 - As urnas estarão abertas das 17h30 às 23h00, do dia 19 de Dezembro de 2014, sem embargo da prorrogação excepcional prevista no nº4 do art. 9º do Regulamento Eleitoral.

2 - As listas de candidatura para os Órgãos de Secção a eleger directamente deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital de Faro, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede distrital, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (16 de Dezembro de 2014), encontrando-se a sede aberta, para o efeito, das 23h00 às 24h00.



CONSELHO REGIONAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Regional da JSD Porto para reunir no dia 8 de Dezembro, pelas 21h15, na Junta de Freguesia de Moreira, sita na Rua do Divino Salvador de Moreira, n.º 160, na Vila de Moreira (4470-105 Maia), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política.
- 2 - Outros assuntos

ALVAIÁZERE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 20 de Dezembro de 2014, pelas 14 horas, na Sede do PSD de Alvaiázere, sita na Rua D. João I, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD Alvaiázere

Notas:
As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas das 14 horas às 16h00m.

VILA DE REI

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os militantes da secção de Vila de Rei, para reunir no dia 20 de Dezembro de 2014, na sede da Concelhia do PSD de Vila de Rei entre as 16h-18h, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa de Assembleia dos Órgãos de Concelhia de Vila de Rei.

Nota:
As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A entrega das listas no local supra referido.

**CONSELHO NACIONAL DO JSD
POR LAPSO ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO
LIVRE DA SEMANA ANTERIOR 12 DE NOVEMBRO DE
2014**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais dos JASD, convocam-se o Conselho Nacional dos JASD para reunir no próximo dia 23 de Novembro de 2014, (Domingo) pelas 15 horas, na Sede Concelhia do PSD de Celorico da Beira, sita na Rua António Fernandes Costa Almeida, n.º 19 – Loja 6360, em Celorico da Beira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política autárquica nacional;
- 2 - XXIII Congresso Nacional da JSD;
- 3 - Outros assuntos.



**ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/FARO
DIA 11.JUNHO.2012**

Nos termos das alíneas e), g) e i) do Art.º 44º dos Estatutos e do n.º 1 do Art.º 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Faro, para a Assembleia Distrital dos TSD/FARO, que se realiza no dia 19 de Dezembro de 2014, das 17H30 às 23H00, com 3 mesas de voto a funcionar nos locais seguintes:

FARO

Morada: Rua Projectada à Rua de S. Luís, nº 1
Votantes: Votam os militantes dos Concelhos de Faro, Loulé, Albufeira e São Brás de Alportel

OLHÃO

Morada: Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 23 – R/C Dtº
Votantes: Votam os militantes dos Concelhos de Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim

PORTIMÃO

Morada: Rua Machado dos Santos, nº 17
Votantes: Votam os militantes dos Concelhos de Portimão, Lagoa, Silves, Monchique, Lagos, Aljezur e Vila do Bispo

ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovação dos Delegados dos TSD à Assembleia Distrital do PSD;
2. Aprovação dos Representantes dos TSD nas Comissões Políticas de Secção do PSD.

Nota: As urnas estarão abertas das 17H30 às 23H00; Faro, 17 de Novembro de 2014

O Presidente da Mesada Assembleia Distrital
Alberto Almeida

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Estatutos dos TSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convoco a Assembleia da Secção Laboral dos Bancários do Distrito de Faro para reunir no próximo dia 19 de Dezembro de 2014, das 17H30 às 23H00, nos locais abaixo indicados, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO ÚNICO: Eleição do Secretariado da Secção Laboral dos Bancários do Distrito de Faro.

FARO

Morada: Rua Projectada à Rua de S. Luís, nº 1
Votantes: Votam os militantes dos Concelhos de Faro, Loulé, Albufeira e São Brás de Alportel

OLHÃO

Morada: Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 23 – R/C Dtº
Votantes: Votam os militantes dos Concelhos de Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim

PORTIMÃO

Morada: Rua Machado dos Santos, nº 17
Votantes: Votam os militantes dos Concelhos de Portimão, Lagoa, Silves, Monchique, Lagos, Aljezur e Vila do Bispo

Nota: As listas de candidatos terão de ser apresentadas nos termos estatutários e regulamentares.

Faro, 17 de Novembro de 2014

O Presidente do Secretariado Distrital
Luís Trindade

Academia do Poder Local

21 a 23 de Novembro de 2014 - Guarda

